



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

Parecer nº 005/2017-CPL/PMC
Processo Administrativo nº 013/2017-PMC
Assunto: Contratação da **DAIANA ALVES DA SILVA**

O Processo em epígrafe trata de uma solicitação da **Secretaria Municipal de Cultura-SMC**, mediante o **Ofício nº 004/2017-GAB/SMC**, cujo objeto é a contratação direta da **DAIANA ALVES DA SILVA** (CNPJ nº 18.623.852/0001-09), mediante **Inexigibilidade de Licitação**, para prestação de serviços de **Show Artístico da Banda Virados do Forró e Banda Zummbalada**.

Formalizado o **Processo Administrativo nº 013/2017-PMC** com o **Ofício nº 004/2017-GAB/SMC** e o **Termo de Referência**, foi solicitado a contratação direta da **DAIANA ALVES DA SILVA**, conforme a justificativa a seguir:

*“Esta contratação visa atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Cultura-SMC**, no **Evento Cultural do Carnaval**, em face da aplicação das políticas públicas no âmbito da cultura, com o objetivo de incentivar e promover a nossa diversidade cultural, como forma de desenvolvimento humano e social, bem como a redução de índices de criminalidade e melhoramento da qualidade de vida”.*

Anexo ao **Ofício nº 004/2017-GAB/SMC**, consta o **Termo de Referência** que ressalta a importância da contratação da **DAIANA ALVES DA SILVA** devido à necessidade de compor a programação das festividades carnavalescas deste Município.

Em seguida, colacionou-se aos autos o **Portfólio** que demonstra os trabalhos lançados da **DAIANA ALVES DA SILVA (Banda Virados do Forró e Banda Zummbalada)**, em obediência ao artigo 25, inciso III, c/c artigo 26, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, respectivamente:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:”

“(...)”

*“III - para contratação de **profissional** de qualquer setor artístico, diretamente ou através de **empresário exclusivo**, desde que **consagrado pela crítica especializada** ou pela **opinião pública**.”*

*“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de **inexigibilidade** referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.”*

*“Parágrafo único. O processo de dispensa, de **inexigibilidade** ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:”*

“(...)”

“II - razão da escolha do fornecedor ou executante;”

Também foram colacionados aos autos os seguintes documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, em situação regular:

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

- b) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação-CNH;
- c) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto a Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT;

Por fim, foram colacionados aos autos os **Contratos de Representação Artística** celebrados entre a **DAIANA ALVES DA SILVA** e a **Banda Virados do Forró** e a **Banda Zummbalada**.

A **Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo** encaminhou o **OFÍCIO Nº 014/2017-GAB/SEMAFIPU**, solicitando à empresa **DAIANA ALVES DA SILVA** uma Proposta de Preços, cujo objeto é a prestação de serviços de **Show Artístico da Banda Virados do Forró e Banda Zummbalada**, conforme **Planilha Orçamentária**:

Item	Descrição	Data da Apresentação	Duração	Valor
01	Show Artístico da Banda Virados do Forró.	26.02.2017 (Domingo)	1h30min	
02	Show Artístico da Banda Zummbalada.	27.02.2017 (Segunda-Feira)	1h30min	
Total				

A empresa **DAIANA ALVES DA SILVA** encaminhou a **Proposta de Preços e Nota Fiscal**, conforme tabela:

Item	Descrição	Data da Apresentação	Duração	Valor da Proposta	Nota Fiscal	Valor da Nota Fiscal
01	Show Artístico da Banda Virados do Forró.	26.02.2017 (Domingo)	1h30min	35.000,00	75	37.000,00
					76	40.000,00
02	Show Artístico da Banda Zummbalada.	27.02.2017 (Segunda-Feira)	1h30min	25.000,00	05	30.000,00
Total				60.000,00		

Sendo assim, fica comprovado que o preço proposto é o praticado no mercado, em obediência ao artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993:

"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos."



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

"Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:"

"(...)"

"III - justificativa do preço."

A **Divisão de Contabilidade** informou que há disponibilidade orçamentária na Unidade Orçamentária: **11 - Secretaria Municipal de Cultura**. Fonte de Recurso: **010000 - Recursos Ordinários**. Projeto/Atividade: **13.392.1012.2-059 - Eventos Culturais, Cívicos e Comemorativos**. Natureza de Despesa: **3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**. O Ordenador de Despesas, o **Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo**, emitiu a **Declaração de Adequação da Despesa**, em obediência ao artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

O artigo 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece como regra a obrigatoriedade de licitar:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

"(...)"

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Considerando a competência privativa da União para legislar sobre a matéria, a Lei Federal nº 8.666/1993 prevê hipóteses em que é possível afastar o princípio constitucional da licitação por meio de contratações diretas, sendo que a maioria da doutrina classifica tais situações excepcionais como licitação dispensada (artigo 17), licitação dispensável (artigo 24) e licitação inexigível (artigo 25).

Preliminarmente à análise de mérito quanto à fundamentação e argumentos aduzidos para a contratação direta da **DAIANA ALVES DA SILVA**, cabe ressaltar a definição legal de licitação inexigível para prestação de serviços de **Show Artístico**.

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:"

"(...)"



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

*“III - para contratação de **profissional** de qualquer setor **artístico**, **diretamente** ou através de empresário exclusivo, desde que **consagrado** pela **crítica especializada** ou pela **opinião pública**.”*

Logo, denota-se que o artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, norteia a aplicação da norma, condicionando a inexigibilidade aos casos concretos em que a Administração comprovar primeiramente a efetiva inviabilidade de competição para prestação de serviços de **Show Artístico**. É com base nesta premissa que o gestor público deve alicerçar decisão quanto às contratações diretas por inexigibilidade.

Por tudo quanto exposto, com base nas justificativas elencadas no **Processo Administrativo nº 013/2017-PMC** e respeitadas as disposições legais aplicáveis ao caso, especialmente o artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, sugiro a contratação direta da **DAIANA ALVES DA SILVA** (CNPJ nº **18.623.852/0001-09**), mediante **Inexigibilidade de Licitação**, tendo por objeto a prestação de serviços de **Show Artístico da Banda Virados do Forró e Banda Zummbalada**, de interesse da **Secretaria Municipal de Cultura-SMC**, no valor total de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**.

Encaminhamos a **ADJUDICAÇÃO Nº 007/2017-CPL/PMC**, em anexo.

Carolina/MA, 16 de fevereiro de 2017.

DANIEL ESTEVES GUIMARÃES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação